

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P721p  
Pinheiro, Paulo Sérgio de M. S.  
Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930.  
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

191p. 21cm (Estudos brasileiros,  
v. 5)

Anexo: A Aliança Liberal .  
Bibliografia.

1. Brasil — História, 1920-1930. 2. Brasil — Po-  
lítica e governo, 1920-1930. 3. Trabalho e tra-  
balhadores — Brasil — Aspectos políticos.  
I Título. II. Série.

CDD — 322.20981

320.98106

981.06

301.44420981

CDU — 323.332

32(81)“192”

981“192”

75-0408

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial:

Antônio Cândido

Celso Furtado

Fernando Henrique Cardoso

Max da Costa Santos

PAULO SÉRGIO DE M. S. PINHEIRO  
(da Universidade Estadual de Campinas)

PASTA: 24

COPIAS: 10

R\$: 3,60

# POLÍTICA E TRABALHO NO BRASIL

(dos anos vinte a 1930)

*Complement. U.1*



Paz e Terra

Para J. E.

## INDICE

Prefácio

9

Introdução

13

*Primeira Parte:*

*A Cena Política*

21

Capítulo I: *O fim da Primeira República*

23

Capítulo II: *Sucessão presidencial e crise política*

35

1. As cisões das forças políticas dominantes 39
2. As cisões políticas e a estrutura sócio-econômica 42
3. O conflito no interior do bloco das classes dominantes 47

Capítulo III: *A presença dos tenentes*

47

1. O Exército e a estrutura social 53
2. Os tenentes e o aparelho do Estado 57
3. Os tenentes e as classes médias 60
4. O Exército e a revolução de 1930 64

*Segunda Parte:*

*Industrialização e classe operária*

69

vez das forças da razão, a força bruta do esmagamento pela legiferação despótica, pelo ferro e fogo”<sup>95</sup>. O desejo de pacificação mostra a intenção de evitar uma intervenção das Forças Armadas, que poderia provocar uma reação desfavorável por parte de amplos setores da população descontentes com o governo, o que permite ao aparelho militar retomar o papel tradicional de salvaguarda dos interesses nacionais” que nesse momento não eram favoráveis à defesa e à manutenção do governo Washington Luís. Johnson crê que as Forças Armadas souberam se aproveitar do vazio que se havia produzido no exercício do poder para então agir: “Os oficiais reconheceram que a disputa pelo poder permitira que se formasse um vácuo, e no papel assumido de “árbitros do destino da Nação nas convulsões sociais que perturbaram a vida brasileira normal” eles se sentiram obrigados a conduzir o país para o reino do direito. Isto podia ser feito com segurança e efetivamente dando o poder aos rebeldes”<sup>96</sup>. A Junta Governativa instituída depois da intervenção dos chefes militares investirá Getúlio Vargas como Chefe do Governo Provisório, no dia 3 de novembro de 1930. A arbitragem estará decidida.

## Segunda Parte

### Industrialização e classe operária

<sup>95</sup> MENA BARRETO, João de Deus Noronha, *Os Mena Barreto, seis gerações de soldados*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1950, págs. 468-471, citado por SILVA H. 1930, *op. cit.*, págs. 377-379.

<sup>96</sup> JOHNSON, J.J., *op. cit.*, pág. 205.

## CAPITULO IV

### A BURGUESIA INDUSTRIAL NASCENTE

#### 1. A industrialização

A industrialização no Brasil teve o seu primeiro impulso no período que compreende o fim do século XIX, e isso graças à conjugação de fatores internos favoráveis relativos à mão-de-obra, ao mercado e à acumulação do capital. Tão importantes quanto esses foram os fatores externos cujos mecanismos podem ser compreendidos pela análise da substituição de importações.

Na mão-de-obra podem-se observar duas modificações importantes: a abolição da escravatura, em 1888, e a entrada de trabalhadores imigrantes estrangeiros. A supressão do trabalho escravo e as repercussões no aumento do meio circulante em consequência da massa salarial que a partir daquele momento começaria a ser paga para assegurar a reprodução da força de trabalho: "a abolição do trabalho escravo demandava um acréscimo da ordem de 50.000 contos, num total de 200.000 da circulação da época, para remunerar a mão-de-obra"<sup>97</sup>. Os grandes proprietários de terra exerceram pressão em relação ao governo, que foi obrigado a intensificar as emissões. A agricultura seria o maior apelo aos trabalhadores estrangeiros. A remuneração dos trabalhadores estrangeiros será feita, mesmo antes da abolição do trabalho escravo, segundo um regime de salário. Esses trabalhadores, como lembra Cohn, transmitiriam, dentro da introdução do salário e atra-

<sup>97</sup> WERNECK SODRÉ, N., *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, pag. 301.

vés de suas motivações e de seus hábitos, novos modelos que favoreceriam a diversificação da atividade econômica e do consumo<sup>98</sup>.

Diretamente ligado a essas modificações na composição da mão-de-obra há uma ampliação do mercado interno. Anteriormente, a transferência da mão-de-obra escrava do norte (se-portação) tinha, de certo modo, contribuído para o crescimento do consumo dos produtos de importação. Com efeito, o escravo não tinha a liberdade do consumidor livre. A produção da força de trabalho era assegurada na região norte pelos resultados de seu trabalho — produtos de subsistência. No sul, entretanto, essa limitação do consumo será menos sensível porque o trabalho escravo poderá ser utilizado de forma mais rentável na produção para o mercado externo de escravidão não mais assegurará os meios necessários à própria subsistência. A escravidão passará a consumir os bens produzidos fora do espaço da exploração agrícola<sup>99</sup>. Por outro lado, o trabalhador imigrante exigirá sempre pelo menos uma parte da sua remuneração em dinheiro o que lhe garantirá condições de tornar-se um consumidor autônomo.

O impulso de urbanização deverá contribuir, também, para essa ampliação do mercado interno. Esse impulso se verifica em consequência da expansão do setor de serviços nas cidades, provocado pelo aumento das atividades ligadas à exportação, tais como transporte, armazenamento, comercialização, embarque e desembarque, e do afluxo de trabalhadores para a cidade, causado pelas crises na agricultura de exportação. Deve-se levar em conta ainda, a existência de uma concentração regional e setorial da renda no vale do Paraíba, Rio de Janeiro, e no planalto paulista, região que combinava as vantagens de ser uma zona de dinamismo econômico com aquelas de abrigar o centro administrativo do país.

O capital industrial era originário do capital agrícola, mas a transferência desse capital para a indústria não se fez sempre diretamente e sim pela mediação de investimentos rea-

98 COHN, Gabriel. "Processo de Industrialização no século XX", in MOTA, Carlos Guilherme, editor, *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Cia. Editora Nacional 1968, pág. 291.

99 SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968, pág. 43.

lizados no setor de serviços e no setor comercial. Poder-se-ia distinguir três orientações que tomaram esses investimentos. Primeiramente, o excedente econômico acumulado nas atividades da cultura do café e estimulado pela ajuda governamental aos grandes proprietários de terra depois da abolição do trabalho escravo. O dinamismo econômico do setor da produção do café favorecerá a caracterização do produtor como um verdadeiro empresário, pois ele se tornará progressivamente comerciante e banqueiro e, em consequência, mais-ur-bano que rural. Esse empresário será capaz de perceber novas destinações para seus investimentos. Daí não ser a concentração no planalto paulista simples efeito de uma atração especial de uma proximidade geográfica: o critério para os investimentos nas indústrias de São Paulo não apresentava uma alta rentabilidade, não atraía os capitais de outros setores da economia. Além disso, as novas possibilidades de investimentos poderão também, protegê-los das dificuldades encontradas pelo capital agrícola: "como estavam em contacto permanente com as flutuações próprias do setor agrário-exportador, com os riscos periódicos e a relativa rigidez do capital investido no café, e, ao mesmo tempo, com as perspectivas crescentes abertas no mercado interno de bens de consumo, os cafeicultores principiaram a diversificar as aplicações do seu capital"<sup>100</sup>. Em segundo lugar, a poupança realizada pelos assalariados agrícolas, especialmente os trabalhadores imigrantes. A poupança é motivada primeiramente pelo projeto de retorno ao país natal. Mas, progressivamente, o trabalhador será capaz de perceber que as aspirações sociais que ele projetava em direção ao seu país de origem podem ser satisfeitas no Brasil, passando a investir a sua poupança nos setores favorecidos pelas perspectivas de expansão do mercado interno.

Finalmente, o investimento estrangeiro, que já estava associado ao capital agrícola. Algumas condições desempenharam o papel de atrativos: a força de trabalho barata, o custo reduzido das matérias primas e as possibilidades de lucros elevados no mercado de consumo em expansão. Indicamos simplesmente aqui essa presença do capital estrangeiro, pois não desenvolveremos aqui a composição do investimento estrangeiro e seus efeitos sobre a estrutura da indústria.

100 IANNI, Octávio. *Estado e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, págs. 35-36.

Desde que se fala em acumulação de capital nesse impulso de industrialização antes da Primeira Guerra Mundial, deverá ser lembrado o papel que desempenhou o fenômeno conhecido por "encilhamento". Tratava-se de por em prática uma política de crédito governamental mais flexível, que foi estabelecida nos primeiros anos que se seguiram à proclamação da República e que permitiu a intensificação da implantação de empresas industriais. Entretanto, habitualmente não se viu nesse fenômeno senão o aspecto especulação financeira e inflação monetária. Somente nos anos 30 se chegará a compreender o verdadeiro conteúdo doencilhamento. Simonsen verá nele, pela primeira vez na história brasileira, uma política governamental criando condições favoráveis à industrialização. Mais recentemente Singer lembrou que nesses períodos "se deu uma real mobilização de recursos, que de outra forma ficariam entesourados ou seriam gastos no consumo, possívelmente de produtos importados"<sup>101</sup>. Depois da interrupção desse movimento de especulação financeira que havia desencadeado a liberação de créditos, assistiu-se a uma concentração de capital através da transferência de uma empresa para outra, e do desaparecimento de empresas mais fracas e a consolidação de alguns setores industriais como a fiação e a tecelagem.

O desenvolvimento da política de substituição de importações dependia de dois grupos de fatores que poderiam ser chamados, segundo a distinção feita por Singer<sup>102</sup>, *internos* e *externos* a uma formação social dada. Entre os fatores internos, além da acumulação de capital já indicada, poderiam ser citados, entre outros, mercados suficientemente desenvolvidos para absorver artigos fabricados em grande quantidade, um sistema de transportes satisfatório, oferta de matérias-primas, mão-de-obra abundante não absorvida pela agricultura em crise e energia elétrica. Como fatores externos podem ser indicados a baixa do poder aquisitivo nos mercados internacionais dos bens solicitados pelo mercado interno, o aumento das tarifas alfandegárias e a desvalorização da moeda em relação às divisas.

Compreende-se a importância do papel que deverá desempenhar a conjuntura internacional, cuja influência será deci-

101 SINGER, P., *op. cit.*, pág. 46.

102 SINGER, P., *op. cit.*, pág. 170-171.

siva para a expansão industrial, quando se constata o desenvolvimento do Estado orientado por uma política definida. O investimento industrial era mais uma série de respostas, continuamente improvisadas, às dificuldades que as crises do setor exportador acarretavam aos detentores de capital. A atividade industrial cresce complementarmente às antigas atividades agrícolas: "a verdade é que não mais se estabelece uma seqüência de estágios necessariamente substituídos, mas estes, com a industrialização, encontram o espaço necessário a um desenvolvimento combinado"<sup>103</sup>. Esta noção é indispensável para que se possa perceber a configuração específica dos grupos sociais que detêm o poder depois de 1930 e o papel da burguesia industrial nos anos vinte.

Com efeito, não há uma *ruptura* entre o setor industrial e o setor agrícola de exportação. Ao contrário do processo de industrialização que tem lugar nas formações sociais européias onde as manufaturas de exportação garantiam a obtenção das divisas necessárias para a expansão industrial, no caso brasileiro "o setor primário tinha sua manutenção garantida pela circunstância mesma de ser o único com capacidade de exportação e, portanto, de produção de divisas necessárias à compra de equipamentos e matérias primas para a expansão industrial"<sup>104</sup>. Por outro lado, interessava ao setor agrário-exportador, diante das dificuldades crescentes da importação, o surgimento de uma estrutura de produção local capaz de fornecer alguns produtos de consumo corrente. Um outro interesse convergente que unia os dois setores era o mecanismo de manipulação da taxa de câmbio, que assegurava ao mesmo tempo a defesa dos preços dos produtos de exportação ameaçados pelas oscilações da demanda externa, e dos produtos fabricados pela indústria nacional. É o fenômeno que Furtado chamará de "socialização das perdas": quem arcaava com o ônus dessa manipulação da taxa de câmbio era o conjunto da sociedade, atingida, ainda que desigualmente, por seus efeitos.

103 MARTINS, Luciano, "A Formação do Empresariado industrial do Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, III (13) maio 1967, pág. 123.

104 MARTINS, Luciano, *op. cit.*, pág. 123.

## 2. A composição da burguesia industrial e suas reivindicações

É um tema este muito pouco estudado e as raras análises, ao menos aquelas que se referem aos anos vinte, se limitam à apresentação da estrutura industrial e indicação das repercussões do núcleo industrial nascente ao nível político. A nosso ver, entre os trabalhos que estudaram especificamente a composição da burguesia industrial emergente, principalmente a camada dos empresários industriais, e cujas conclusões podem ser utilizadas para o período que examinamos, ressalta o de Luciano Martins<sup>105</sup>.

A principal questão abordada na pesquisa de Luciano Martins é a atribuição habitual aos grupos de empresários industriais, situados num conflito permanente com as camadas dominantes tradicionais: "Citou-se para ambos, na verdade, os quais vem repousando, ainda que nem sempre explicitamente, muitos dos diagnósticos gerados a partir da projeção de experiências históricas anteriores"<sup>106</sup>.

O autor examina, numa amostragem constituída pelas sociedades anônimas do Rio de Janeiro e de São Paulo, utilizandopresários aproveitaram as oportunidades provocadas pela conjuntura internacional para a sua emergência e as trajetórias percorridas por esses empresários. O autor da pesquisa precisou o uso do termo "camada de empresários" ao de burguesia (na apresentação dos resultados ele explica as razões dessa preferência) e os agrupou em três categorias: industriais, industriais com outros setores e não-industriais, o que permitirá ver-se como se constituiu a burguesia industrial.

A primeira característica a ressaltar é a coexistência de classes sociais ligadas a relações sociais de natureza diferente (o grupo agrário exportador e a burguesia industrial): não mais se constata, como era o caso de outras formações sociais na história, uma sucessão de classes sociais hegemônicas, mas uma complementaridade entre elas. "Essa coexistência, de resto, como já se indicou, pode chegar até a uma dependência

<sup>105</sup> MARTINS, Luciano, *op. cit.*, passim

<sup>106</sup> MARTINS, Luciano, *ibidem*, pág. 99.

funcional e a uma coincidência objetiva de interesses, pelo próprio fato de os setores dedicados à produção interna precisarem da permanência do setor exportador, ao nível econômico, enquanto produtor de divisas, e ao nível político, enquanto inspirador das manipulações de câmbio que acabavam redundando em defesa do mercado interno para a produção local"<sup>107</sup>.

A essa complementaridade se adiciona o caráter heterogêneo dos grupos que compõem a burguesia industrial, produto da superposição e da diferenciação das camadas de "radiação industrial recente". Fernando Henrique Cardoso nos dá uma descrição dessas camadas que constituiriam a burguesia industrial<sup>108</sup>. Primeiramente os grupos imigrantes estrangeiros concentrados nas regiões do centro-sul, os mais numerosos. Em seguida, as frações de antigas camadas ligadas à agricultura ou à exportação, que tinham alguma influência política. Depois da primeira guerra mundial foram progressivamente acrescentados a essas camadas: os descendentes de imigrantes, que já exerciam algumas profissões urbanas (comércio e serviços), atraídos pelas possibilidades de altos lucros abertas no período da guerra e no imediato após guerra; e os imigrantes originários dos setores comerciais e das profissões urbanas, que no seu conjunto poderiam ser considerados como "técnicos".

A respeito do problema da conversão das camadas ligadas às atividades agrícolas de exportação para as atividades industriais, os analistas do período sempre aceitaram a hipótese de uma passagem do latifúndio à indústria. A propósito, Luciano Martins abre uma linha de investigação muito estimulante, dando uma indicação que, caso seja aprofundada, deverá anular, ou ao menos tornar mais complexa, essa hipótese. Numa lista dos 155 maiores plantadores de café em São Paulo no ano de 1914, somente 11 figuravam como empresários na população tomada em consideração pela pesquisa naquele mesmo ano. Entre esses onze empresários, quatro participavam em empresas industriais, dos quais dois na mes-

<sup>107</sup> MARTINS, Luciano, *ibidem*, pp. 123-124.

<sup>108</sup> CARDOSO, Fernando Henrique, *Empresário industrial e desenvolvimento industrial no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964, pp. 160-161.

na empresa. Os outros sete participavam em empresas agrícolas que haviam tomado a forma de empresas industriais, mas o autor não pode precisar se se tratava de alguma atividade agro-industrial ou de fazendas sob a forma jurídica de sociedades anônimas.

Um outro traço da burguesia industrial seria o caráter transitório de sua composição, consequência da manutenção do processo de substituição de importações, diante da presença de dois tipos de demanda (aquela que tem lugar no começo do processo e aquelas derivadas de substituições já efetuadas) e as exigências crescentes de tecnologia e de capital. No começo mesmo do processo se constata a eliminação dos empresários industriais ligados ao tipo de produção tradicional anterior à substituição das importações. O segundo tipo de demanda provocará uma eliminação menos intensa dos empresários ligados às atividades dependentes do primeiro tipo de demanda, mas ela criará condições favoráveis para a renovação das camadas industriais, através da aparição de novos setores. Esse movimento contínuo de renovação das camadas industriais é descrito por Luciano Martins da maneira seguinte: "Nesse sentido, e em resumo, é como se a cada etapa mais importante do processo de substituição de importações pudesse corresponder um efeito atuante no sentido da rarefação (por eliminação ou incorporação) das camadas empresariais voltadas para a indústria, dotando sua composição de um grau de heterogeneidade e transitoriedade extremamente significativo".<sup>109</sup>

Uma outra característica indicada pela pesquisa é o alto grau de deslocamento entre os setores empresariais constatado no interior da população de empresários estudada. Esse deslocamento torna mais complexo o processo de formação da burguesia industrial se se levar em conta duas reflexões: a) se a maior parte dos empresários é de origem imigrante, a acumulação do capital não foi realizada, senão indiretamente, no setor primário exportador; b) a origem agrária de alguns empresários industriais não era suficiente para explicar sua transição para a indústria e esse dado não parece ter tido consequências econômicas (a decadência de famílias tradicionais) que lhes foram atribuídas. Conforme os resultados da pesquisa, várias atividades urbanas forneceram empresários para a

indústria — serviços, finanças, construção civil — e também desempenharam o papel de setores de absorção para antigos industriais. Reconhecendo o papel dos diversos setores das atividades especificamente urbanas na formação da burguesia industrial, é possível propor "uma terceira dimensão entre o polo primário — exportador e o polo da produção interior".<sup>110</sup>

Finalmente, deve-se considerar a dependência dos empresários brasileiros em relação aos fatores externos. Como se pode apreciar no exame do desenvolvimento industrial no Brasil, os surtos industriais foram intensamente favorecidos — e quase determinados — pela conjuntura internacional que permitia a superação dos obstáculos da conjuntura. A essa dependência podem ser adicionadas as exigências formuladas no decorrer do processo de substituição de importações. À medida em que as exigências de tecnologia e de capital se tornam mais prementes será necessário apelar para os capitais internacionais, o que reforçará a situação de dependência conjuntural por uma *dominação estrutural*, enfraquecendo progressivamente a burguesia industrial nascente. É evidente que no período que estudamos aqui, o processo de substituição de importações não atingirá essa etapa, mas através da análise da modificação da composição estrutural dos investimentos estrangeiros na economia brasileira, podemos indicar essa tendência, que se tornará mais nítida depois da segunda guerra mundial.

As reivindicações dos grupos industriais na Primeira República foram centradas, principalmente, em torno de dois polos: as tarifas protecionistas e o controle do câmbio. Três fases, segundo Nícia Villela Luz,<sup>111</sup> marcarão a evolução dessas reivindicações. A primeira fase poderia ser situada no primeiro decênio da República, no fim do século XIX; a indústria obtém, em 1896, tarifas protecionistas depois de já ter obtido ajuda governamental imediatamente após a crise que se seguira ao encilhamento, nos anos 1890-1891. Após exercer uma certa influência sobre o Governo Federal, este abre créditos abundantes e estabelece uma política alfandegária favorável à implantação industrial (impostos sobre a importação de produtos similares aos produtos industriais de fabrica-

109 MARTINS, Luciano. *op. cit.*, pág. 129.

110 MARTINS, Luciano, *ibidem*, p. 115.

111 VILLELA LUZ, Nícia, *op. cit.*, págs. 96-156.

ção dos impostos sobre a importação de matérias primas e de equipamento).<sup>112</sup> Depois desse sucesso relativo na satisfação dessas reivindicações, as dificuldades existentes na situação financeira do país provocam uma nova ofensiva anti-protecionista. Sob o governo Campos Sales, já no começo do século XX, o aumento das taxas de câmbio e o aumento dos impostos intensifica o mal-estar no interior dos grupos industriais. A preocupação de sanear as finanças públicas se faz sem levar em conta o fechamento de diversas fábricas e a redução das horas de trabalho e, portanto, da produção dos operários.

Uma segunda fase se abre no começo do século: uma pressão industrial com vistas a impedir as exceções de impostos para produtos estrangeiros similares; àqueles produzidos no Brasil, se intensifica. Essa pressão prossegue até 1907 e a indústria consegue reforçar as barreiras aduaneiras, mas nenhum plano preciso baseado nas necessidades da indústria é apresentado. Até o desencadeamento da guerra mundial os traços principais da situação não serão alterados, apesar da sucessão de períodos mais ou menos favoráveis, ligados à depressão econômica, depois do afluxo de capital estrangeiros e da alta dos preços dos produtos de exportação.

A primeira guerra mundial criará condições favoráveis à expansão da indústria. Assim, essa expansão vem a ser menos dificultada pelas reivindicações industriais que o efeito das moedas industriais ressaltam a importância de sua contribuição para as receitas públicas e o trabalho que criam para a população. Depois da guerra, onde se poderia colocar o começo de uma terceira fase, o governo apresenta um projeto de reforma do sistema de tarifas protecionistas. O projeto não consegue ser aprovado em parte por causa da campanha promovida pelo Centro Industrial do Brasil, fundado em 1904 como resultado da fusão entre o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e a antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Acreditamos que para o aprofundamento do estudo da burguesia industrial no período será necessário o exame da constituição das entidades representativas dos grupos industriais, sua composição e número de aderentes. Mas apesar dessa vitória sobre aquela tentativa de enfraquecer o

12 SINGER, P., *op. cit.*, pág. 46.

protecionismo, as tarifas se tornarão incapazes de proteger os industriais, pois tinham tido seu valor reduzido entre 1914 e 1924 porque o valor oficial, estabelecido pelo governo como base das tarifas alfandegárias não tinha acompanhado a elevação do custo das mercadorias estrangeiras. Assim, por volta dos anos 1924-1925 essa situação provocará o afluxo de bens de consumo estrangeiros: as encomendas industriais nacionais baixarão e o crédito se estreitará, o que ocasionará a redução da produção industrial. Durante essa crise as reivindicações do Centro Industrial do Brasil serão: uma maior elasticidade na concessão do crédito no interior do país; a estabilização da taxa de câmbio e a elevação das tarifas alfandegárias para a fabricação da lã e do algodão.

A consolidação da organização da burguesia industrial com vistas a uma defesa mais eficaz de seus interesses irá coincidir com a crise mundial de 1929. Já em 1928, o Centro das Indústrias de São Paulo fora criado, a indústria se organizando de forma autônoma da Associação Industrial Comercial de São Paulo, que até aquele momento representava os interesses industriais. Entretanto, não devemos crer que a expressão das reivindicações de uma política protecionista bastam para indicar a constituição de uma verdadeira burguesia industrial: essas reivindicações não se aglutinavam numa burguesia industrial coesa e cônica dos seus interesses globais, mas dispersavam-se em dois extremos igualmente pouco propícios a isso: a grande empresa industrial associada a outras atividades econômicas e não claramente individualizada em relação a elas, por um lado; e um grande número de pequenas unidades atomizadas, operando conforme um padrão mais artesanal do que propriamente industrial, pelo outro.<sup>114</sup>

113 VILLELA LUZ, Nícia, *op. cit.*, pág. 152.

114 COHN, G., *op. cit.*, pág. 294.

## CAPÍTULO V

### O PROLETARIADO INDUSTRIAL E A CLASSE OPERÁRIA

#### 1. Formação e composição

A não-intervenção das massas populares nas rebeliões militares dos anos vinte e no movimento da Aliança Liberal levou a maior parte dos analistas do período a negligenciar o exame da composição e do papel das massas populares na sociedade brasileira. Diversos estudos foram desenvolvidos sobre os protagonistas, sem se considerar a estrutura de classes na qual se desenrolavam as transformações da estrutura política. Essa carência já havia sido assinalada por Weffort nos estudos sobre os anos trinta, criticando o tema tão repetido da "ausência" popular nos acontecimentos ligados à revolução de 1930. Segundo o autor se deveria falar de uma "pre-sença política difusa", tentando indicar a existência social das classes populares nas lutas sociais do começo do século XX<sup>15</sup>. No mesmo sentido, José Albertino Rodrigues lembra o preconceito "cujas origens podem ser situadas nas tradições patriarcais e escravagistas presentes nos estudos históricos, em relação ao problema do trabalho na sociedade brasileira — sempre relegado a um plano inferior: "É com relação ao trabalho livre que pesa toda a força daquele preconceito, acrescido de uma certa dose de temor face a algo que pode ameaçar as bases da mesma sociedade tradicional"<sup>16</sup>. Damos

15 WEFFORT, Francisco C., *Classes populares e política*, São Paulo, Universidade de São Paulo, mimeo, 1968, pág. 68.

16 RODRIGUES, José Albertino, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, pág. 4.

aqui algumas indicações sobre a composição e o comportamento do proletariado, tentando situá-lo no contexto das mudanças que ocorreram na estrutura social do período em exame. Nos detemos sobre as consequências da industrialização que puderam ter influência na composição da mão-de-obra. Essa nova industrialização (nova em relação à industrialização europeia e americana do século XIX) provocará a industrialização de um proletariado diferente daquele que se formou na Europa. Mostramos alguns traços dessa industrialização em relação à conjuntura internacional, à economia nacional, à tecnologia e à estrutura de emprego.

O primeiro dado a considerar é a natureza periférica, dependente do desenvolvimento industrial: seus traços são determinados pelo processo econômico que se desenrola fora dos limites da economia nacional. A Primeira Guerra Mundial, como já vimos, provocou um surto industrial, como acontece sempre que o mercado internacional perde seu equilíbrio e permite o desenvolvimento das regiões periféricas. A tecnologia não será a consequência de respostas dadas à exigências específicas de cada etapa: ela será importada. Além do mais, essa tecnologia não será *labor-intensive*, capaz de gerar empregos para largos contingentes de mão-de-obra mas *capital-intensive*, exigindo grandes investimentos em inovações técnicas que reduzem as necessidades em mão-de-obra. Nesse sentido lembra Dillon Soares: "Assim, a industrialização no Brasil foi conduzida no quadro de uma estratégia que é tal-vez conveniente para os países desenvolvidos (onde se encontram taxas de crescimento de população e de urbanização inferiores) mas completamente inadequada para resolver os principais problemas de uma economia em vias de desenvolvimento"<sup>17</sup>.

Outro aspecto a ressaltar no processo de industrialização no Brasil é o desequilíbrio regional: os investimentos e a mão-de-obra se concentram em algumas regiões, como no Rio de Janeiro, São Paulo e Estados do sul em geral, o que provocará a concentração da atividade econômica e da renda num centro metropolitano nacional e a polarização da economia

17 SOARES, Glaucio Ary Dillon, "The new industrialization and the Brazilian political system", págs. 191-192 in: PETRAS, James and ZEITLIN, Maurice, *Latin America Reform or Revolution?*, Greenwich, Conn., Fawcett, págs. 186-201.

considerada no seu conjunto<sup>118</sup>. Com respeito à formação do proletariado industrial, polarização da economia, essa constituição de regiões satélites exportadoras de mão-de-obra (como o Nordeste) e de capitais, acarretará uma disparidade entre a massa de operários não-qualificados — cujos contingentes estarão sempre em expansão por causa das migrações internas — e aquela dos operários qualificados e dos técnicos, originariamente recrutados através das migrações internacionais.

Quanto a estrutura de emprego própria a essa industrialização é preciso notar a fraqueza do setor secundário em relação ao terciário. Durante toda a evolução do setor industrial no Brasil, a expansão do setor terciário sempre esteve em desproporção com a consolidação do secundário. Esse fato deve ser levado em conta ao se constatar a fraqueza dos efetivos do proletariado industrial. Habitualmente se tende a interpretar esse equilíbrio como um benefício da nova industrialização, que seria o preâmbulo inovador de uma sociedade desenvolvida baseada no setor de serviços. Por outro lado, deixa-se de considerar a taxa de desemprego ou a fraca capacidade do setor secundário em gerar empregos; consequentemente opções tomadas em relação à tecnologia; muito frequentemente o desemprego será disfarçado sob os efetivos do terciário, principalmente no setor de serviços onde deverão ser concentrados os trabalhadores marginais e instáveis. A análise das modificações de estrutura de emprego no Brasil mostra uma estagnação do percentual de emprego no setor primário e um crescimento contínuo do terciário. A contrapartida a essa estagnação dos efetivos do setor primário é o aumento dos recursos humanos sub-utilizados, do exército industrial de reserva, que desempenhará durante toda a evolução industrial no Brasil um papel decisivo na configuração do movimento operário e na afirmação do proletariado industrial como classe.

No período anterior à Primeira Guerra a indústria nacional era constituída de estabelecimentos de tamanho reduzido, dispersos, de importância econômica muito limitada, que fabricavam em condições quase artesanais material destinado à agricultura (alguns tipos grosseiros de arados, máquinas pri-

118 GUNDBER FRANK, André, *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine*, Paris, Maspéro, 1968, p. 162.

miúvas para melhorar a cultura do café, etc.) ou para o consumo rural (fábricas de massas alimentícias, bebidas, refrigerantes, vestuário, chapéus, tecidos de algodão mais ou menos grosseiros, sapatos, etc.), e artigos domésticos: móveis, pratos, tapetes, etc.<sup>119</sup>. A indústria de base era quase inexistente, a metalurgia era muito limitada e a mecânica reduzida a montagem, a fabricação de material agrícola ou de uma pequena variedade de aparelhos. Uma indústria atomizada, desprovida de relações entre os diferentes setores e muito dependente dos fornecedores estrangeiros, caracterizada por uma "fluidez estrutural" como propõe Azis Simão. Até 1930 as principais fábricas compreendem aquelas que produziam móveis, vestuário, bebidas, produtos alimentícios, metalúrgicos, químicos, material têxtil. Durante o decênio dos anos trinta, e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, notará-se um aumento sensível dos estabelecimentos industriais, assim como do volume e da densidade dos inativos e ativos da mão-de-obra. A produção se tornará progressivamente mais diversificada, vários ramos da indústria de base serão desenvolvidos, assim como a produção de artigos semi-manufaturados. Acompanhando a relativa concentração das empresas, o proletariado tenderá a se localizar no núcleo central do parque industrial.

Os efetivos operários em São Paulo evoluíram da maneira seguinte:

Ano	Estabelecimentos	Operários
1907	324	22.355
1920	4.145	83.998
1930	5.388	119.296
1940	14.225	272.865
1950	24.519	484.844
1960	56.383	969.112

Fonte: O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. *Cenário Industrial do Brasil*, Rio de Janeiro, 1908; 1920 — *Recenseamento do Brasil*, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1926; 1930 —

119 CARDOSO, Fernando Henrique, "Le prolétariat brésilien", *Sociologie du Travail*, IV, 1961, pág. 54.

*Estatística Industrial do Estado de São Paulo*, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Departamento de Estatística de São Paulo; 1940-1950 — IBGE, *Censos industriais*, 1960 — SENAI, São Paulo; Relatório 1960, cit. SIMÃO (A.), *op. cit.*, p. 45.

Para o Brasil, a população operária evoluiu da maneira seguinte:

Ano	Estabelecimentos	Operários
1907	3.187	149.140
1920	13.336	275.512
1940	49.418	781.185
1950	89.096	1.256.807

Fonte: 1907 — O Brasil e suas riquezas naturais, suas indústrias, *Centro Industrial do Brasil, Rio de Janeiro*, 1908; 1920 — *Recenseamento do Brasil*, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio; 1940-1950 — *Censos industriais*, IBGE.

O recrutamento de mão-de-obra pode ser descrito como sendo o resultado da combinação de dois contingentes principais, o que conferirá ao proletariado industrial brasileiro características específicas. O primeiro contingente é composto pelos imigrantes de origem européia tendo uma certa experiência industrial, ainda que vários grupos fossem originários de regiões menos desenvolvidas da Europa. Esse afluxo crescerá depois da crise de 1929, com suas consequências sócio-econômicas. O segundo, compreende os imigrantes rurais provenientes das regiões mais atrasadas do Brasil e dos centros de operários urbanos. Entre as causas dessas migrações internas podem ser apontadas a queda dos preços agrícolas, provocando a pressão do emprego sobre a estrutura rural, tornando mais críticas ainda as condições normais da exploração dos trabalhadores agrícolas. As favelas, que a partir de 1940 começarão a cercar as grandes cidades do eixo de expansão industrial, serão sinais eloquentes desse êxodo rural.

As migrações européias de mão-de-obra devem ser situadas no quadro das migrações internacionais que durante toda

a história latino-americana se dirigiram para o novo Continente. Essas migrações tinham sido precedidas por uma imigração forçada, escravizada, composta quase exclusivamente de africanos até por volta de 1850-1860, e que se dirigiu para a zona das plantações tropicais (o nordeste do Brasil, a costa do Peru, as Caraíbas, o sul dos Estados Unidos). As migrações européias, as migrações econômicas, chamadas "livres", de cultura tropical, terão interesse em evitar aquela zona e se orientarão para regiões mais meridionais, abaixo do Rio de Janeiro. A presença da escravidão africana, como força de trabalho dominante, afastará, porém, o trabalhador europeu por muito tempo. Somente após 1888, ano da abolição do trabalho escravo no Brasil, aquelas regiões começarão a absorver essa mão-de-obra em grande escala. Mesmo antes da Abolição da Escravidão, os grandes proprietários de terra farão apelo à mão-de-obra européia, pois a operação financeira relativa a esses trabalhadores livres se mostrava vantajosa. Com efeito, a compra de força de trabalho não era mais permanente e sua reprodução não dependia mais da intervenção direta e imediata de cada proprietário. As disponibilidades limitadas do tráfico de escravos (por causa do controle internacional exercido pela Grã-Bretanha) e a necessidade crescente de mão-de-obra para suprir a expansão das culturas, aumentavam os investimentos de capital necessários em força de trabalho. Quando esses investimentos se tornaram muito elevados em relação aos custos globais da produção o empresário começa a se sentir prejudicado pelos efeitos da mortalidade da mão-de-obra escrava, que era o dobro daquela do trabalhador europeu, para uma taxa de natalidade correspondendo a metade ou menos.

No começo os imigrantes europeus se dirigiram para as fazendas onde foram integrados como trabalhadores livres (assalariados ou meeiros) mas de maneira progressiva eles aproveitaram as vias abertas pela urbanização e pelo início do surto industrial. Entretanto, o número de estrangeiros que se fixaram diretamente nas cidades foi restrito, e habitualmente eles passaram antes pelo campo: "Com ou sem peçúlio formado nos serviços agrícolas, os imigrantes geralmente demandavam as cidades e povoados. O mercado de trabalho rural foi apenas sua larga via de acesso a outras oportunidades de ação eco-

*nômica*, principalmente nos núcleos urbanos que se criavam, ou cresciam, com sua expressiva participação.<sup>120</sup>

Essa tendência foi modificada somente na época em que a imigração européia atingiu uma fase mais intensa. Simãozini dirigiram diretamente para os setores urbanos, mas sabe-se que no final do século XIX havia nos jornais ofertas de emprego muito variadas, como por exemplo nas estradas de ferro (em 1892, 2000 operários estrangeiros foram trabalhados na construção da estrada de ferro e do porto de Santos, no Estado de São Paulo). A presença dos trabalhadores estrangeiros acentuou a concentração industrial nos centros urbanos mais avançados. Pode-se citar como indicador dessa verdadeira presença, contribuindo para a intensificação do setor industrial, os dados relativos ao local de nascimento dos operários da metalurgia e da construção civil em São Paulo, que ingressaram na indústria entre 1936 e 1960:

*Lugar de nascimento dos operários da metalurgia e da construção civil:*

Data de entrada	porcentagem de nascimento em São Paulo		em outras regiões do Brasil	
	met. constr.	met. constr.	met. constr.	met. constr.
1936-1940	60	45	12	10
1941-1945	29	25	23	12
1946-1950	22	21	28	10
1951-1955	14	11	37	9
1956-1960	11	8	31	9
			58	82

Fonte: SIMÃO, Azis, "Industrialização e sindicalismo no Brasil", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 13, janeiro-ro, 1962, p. 87. O quadro é baseado em amostragem de 68.000 operários da metalurgia e 32.000 operários da construção civil.

120 SIMÃO, A., *op. cit.*, pág. 28.

121 SIMÃO, A., *op. cit.*, pág. 29.

A diminuição dos contingentes migratórios europeus é devida a vários fatores: as crises da produção do café, as dificuldades na conjuntura internacional entre as duas guerras, o crescimento das migrações internas. Além disso, o Provisório de 1930 deverá regulamentar a entrada dos imigrantes visando limitá-la. Os primeiros decretos datam de 1930<sup>122</sup>. O Estado de São Paulo, a partir de 1928, não dará mais subvenções para o transporte dos imigrantes. As quotas federais de 1934 e 1937 deverão estabelecer um regime de quotas de imigração, fixando para cada país de origem a taxa anual de 2% de seus nacionais estabelecidos no Brasil no decorrer dos cinquenta anos precedentes. Durante a Segunda Guerra Mundial a autorização para entrada dos imigrantes será suspensa, salvo algumas exceções: imigrantes tendo uma especialização profissional ou possuindo capital, isto é, aqueles que poderiam ser úteis à nova orientação econômica do governo.

Os trabalhadores estrangeiros constituíam, no decorrer dos primeiros decênios do século XX, a maioria dos efetivos operários na indústria. Somente em São Paulo, "O arrolamento da indústria paulista, realizado em 1901, declarava que 90% dos empregados eram estrangeiros, de ambos os sexos e diferentes idades, que se distribuíam por toda a escala dos serviços fabris."<sup>123</sup> Segundo o censo demográfico de 1920, a proporção de operários estrangeiros e brasileiros, em São Paulo, era a seguinte:

	até 20 anos		mais de 20 anos		total	% sob o total global
	anos	anos	anos	anos		
brasileiros	52.925	91.739	144.664	60.8		
estrangeiros	8.736	84.747	93.483	39.2		
total	61.661	176.486	238.147	100.0		

Fonte: SIMÃO, A., *Sindicato e Estado*, pág. 32

122 Ver a esse respeito o decreto nº 19482, a chamada lei dos 2/3, que coloca restrições à entrada no território nacional de estrangeiros viajando em 3ª classe dos navios, decide a respeito de sua localização, pretende proteger os trabalhadores nacionais e estabelece outras medidas a respeito.

123 SIMÃO, A., *op. cit.*, pág. 31.

Esses dados incluem provavelmente os trabalhadores em transportes, obras públicas, serviços domésticos e os trabalhadores autônomos, ultrapassando, portanto, os efetivos dos operários nas indústrias de transformação. Em 1930, não houve recenseamento. Acredita-se, porém, que no decorrer do decênio a proporção dos operários estrangeiros era ainda elevada: a legislação governamental visando proteger a mão-de-obra nacional (a lei dos 2/3) pode ser considerada como um índice em apoio dessa suposição. Os censos de 1940, 1950 e 1960 não fornecerão indicações relativas aos efetivos de trabalhadores estrangeiros.

A questão das migrações rurais está ligada ao processo de urbanização no Brasil. A sociedade colonial tinha favorecido o desenvolvimento das capitais administrativo-políticas e dos portos de embarque dos produtos de exportação. As cidades continuavam, entretanto, socialmente e demograficamente isoladas do interior do país. A fase mais dinâmica dessa medida econômica baseada na exportação de produtos primários nos primeiros decênios do século XX como lembra Hobsbawm<sup>124</sup>, estimulou o processo de urbanização, que se caracterizará por um critério seletivo, quase sempre limitado às regiões cujas funções eram burocráticas e comerciais. Salvador, na Bahia, a primeira capital, cresce rapidamente e atinge, entre os anos de 1920 e 1940, a população de 300.000 habitantes. Recife, a metrópole do açúcar, que tinha até 1900 uma população de 100.000 habitantes, chega a 300.000 por volta de 1924; Rio de Janeiro, tem sua população aumentada graças a uma intensa imigração de origem portuguesa e espanhola: em menos de vinte anos sua população dobrou. São Paulo, que tinha 25.000 habitantes em 1974, terá quase 600.000 em 1920.

Entretanto, em 1920, a população urbana no Brasil era largamente minoritária em relação à população global. O que, aliás, era o caso de toda a América Latina, com exceção da Argentina, do Chile, do Uruguai e de Cuba.

<sup>124</sup> HOBBSBAMW, Eric J., "Los campesinos, las migraciones y la política", *Pensamiento crítico*, 24, enero, 1969, pág. 79.

*Desenvolvimento histórico das principais cidades brasileiras*  
(em milhares de habitantes)

	1900	1910	1920	1930
Rio de Janeiro	480	850	1.150	1.430
São Paulo	240	375	579	889
Salvador	206	242	285	335
Recife	100	193	241	390
Porto Alegre	74	115	182	256

Fonte: *Recenseamentos gerais*

*População urbana (percentagens)*

País	ano	20.000 h. ou menos	20.000 a 100.000 h.	100.000 a 1.000.000 h.
Argentina	1914	40.5	7.9	32.6
Chile	1907	27.5	10.6	17.1
Cuba	1919	24.3	9.6	14.7
Brasil	1920	11.3	2.6	8.7

Fonte: MIRÓ, Carmen, *La población americana en el siglo XX*, CELADE, pág. 8.

Em 1940 a percentagem da população urbana, isto é, dos centros de mais de 20.000 habitantes, no Brasil era ainda de 17%<sup>125</sup>. O processo de urbanização na América Latina, como

<sup>125</sup> HOBBSBAMW, Eric J., *op. cit.*, pág. 82.

já dissemos, será estimulado pela imigração europeia que se dirigirá para o comércio, o artesanato e mais tarde para a indústria. Depois de 1930, quando as imigrações européas começaram a decrescer, as migrações rurais internas as substituirão no movimento em direção às cidades. Elas contribuirão para modificar a composição da mão-de-obra industrial, ampliarão os efeitos do setor terciário de emprego e do sub-emprego que caracterizam as grandes cidades brasileiras.

As causas das migrações rurais são muito variadas: da ausência de uma taxa de emprego satisfatória em relação às necessidades da população das regiões atrasadas até a crença "utópica", como o crê Touraine<sup>126</sup> a respeito das condições que a vida urbana e o trabalho industrial podem lhes oferecer: assim sendo, motivações ligadas às condições econômicas concretas e de natureza ideológica. A "pressão demográfica" por si mesma não é suficiente para explicar o déficit de empregos disponíveis nas regiões exportadoras de mão-de-obra, pois o crescimento da população não é um dado neutro em relação a estrutura de classe. O lavrador do nordeste do Brasil, uma das principais regiões internas exportadoras de mão-de-obra, emigra porque a apropriação crescente das terras cultiváveis pelos grandes proprietários de terra visando a extensão das grandes culturas, cada dia reduz mais as terras necessárias para a subsistência. Nessas condições, no momento da seca (época durante a qual a imigração cresce) a pressão sobre o emprego disponível nas grandes plantações se intensifica e, não dispondo nem de terras cultiváveis nem de emprego, os lavradores são levados a emigrar para os centros urbanos. Os efeitos, portanto, da conjunção de um fenômeno físico (a seca) e da pressão demográfica passam pela mediação sócio-econômica da ação dos grandes proprietários de terra. No mesmo sentido, por volta de 1930, a queda dos preços mundiais dos produtos agrícolas, dos quais dependia a economia brasileira, provocou também, uma crise no mercado de trabalho. Os grandes proprietários de terra tiveram aumentadas suas dificuldades na colocação de seus produtos no mercado mundial, os salários se tornaram mais

126 TOURAINE, Alain, "Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo", *Sociologie du Travail*, 3 (4), oct.-dec. 1961, pág. 84.

exíguos, as condições de vida do trabalhador agrícola mais rigorosas e o mercado de trabalho mais limitado.

As migrações internas, da mesma maneira que as migrações européas, foram primeiramente dirigidas para a agricultura, de onde partiram para as cidades. A migração em direção às grandes cidades será particularmente intensa depois da Segunda Guerra Mundial. No Estado de São Paulo, as migrações rurais são insignificantes até por volta de 1920, e não é senão no decênio 1930-1940 que elas ultrapassarão as entradas de imigrantes europeus. Os novos trabalhadores de origem rural se dirigirão para o setor terciário (nos sub-setores secundário, do comércio e do Estado) e em direção ao setor será, salvo no decênio 1940-1950, proporcional a taxa de crescimento urbano. Por outro lado, muito frequentemente, as indústrias — leves ou de transformação — virão se instalar nas cidades para aproveitar essa mão-de-obra sub-empregada, abundante e barata. A força de trabalho condicionará a localização das indústrias em detrimento da consideração de outros elementos, como a proximidade dos recursos naturais ou a necessidade de remediar as limitações ocasionadas pelas disparidades regionais internas. Assim, os núcleos urbanos crescerão, atraindo a um ritmo cada vez mais intenso os recursos humanos do país, que se apresentarão assim, sub-utilizados, dependentes de atividades marginais e instáveis.

## 2. A prática política

Os estudos sobre a prática política do proletariado seguiram habitualmente duas orientações: o exame do sindicato e a análise do comportamento eleitoral. Acreditamos, entretanto, que não se deva limitar a análise dessa prática do proletariado ao estudo das organizações sindicais. Essa tendência pode ser constatada em diversas análises do proletariado industrial: primeiramente se estudam as associações operárias, anarquistas, socialistas e comunistas, anteriores a 1930, depois se restringe o objeto das investigações ao exame do sindicato oficial estabelecido depois dessa data. Seria conveniente distinguir entre sindicalismo e comportamento do proletariado como força social: a luta sindical é um dos aspectos da

presença da classe operária na sociedade, e o estudo do proletariado como classe ou força social não pode ser feito simplesmente através do estudo do movimento sindical. A segunda tendência, se desenvolveu no sentido de examinar o voto operário, o comportamento eleitoral, ou proceder a sondagens para descrever o radicalismo ou o autoritarismo operário. A natureza ideológica dessa última abordagem poderia ser caracterizada como tendo a ambição de demonstrar a difusão do proletariado, seu desaparecimento como classe operária, e a identificação entre "extremismos" de esquerda e direitas. Essas limitações certamente contribuem para impedir que essas abordagens não dêem conta de seu objeto. Nesse sentido "Não se trata de estudar unicamente os comportamentos eleitorais ou de analisar por amostragens, o radicalismo ou o autoritarismo da classe operária. Nós propomos assim o conceito de comportamento político da classe operária no sentido de comportamento que o proletariado manifesta enquanto grupo autônomo e homogêneo se referindo à sociedade global".<sup>127</sup> Isso possa se integrar ao conceito de força social aplicado ao estudo do proletariado: a nossa pretensão é analisar a presença e a ação dessa classe no nível de conjuntura política.<sup>128</sup> É uma investigação que se situa complementarmente às indagações a respeito da existência do proletariado como classe ao nível do modo de produção e da formação social. A verificação da presença do proletariado como classe social não será limitada ao estudo da gênese e desenvolvimento da organização parti-

127 A problemática da dita *equinization of class distinction*. Ver a esse propósito a crítica de MARCUSE, Herbert, *One dimensional man*, London, Sphere Books, 1970, pág. 24.

128 A análise de LIPSET, Seymour Martin, "L'autoritarisme de la classe ouvrière", págs. 110-146, in "L'homme et la politique", Paris, Seuil, 1963, é uma ilustração dessa tendência.

129 RODRIGUEZ DE LAS CASAS, Roberto, "Formation et comportement du prolétariat au Brésil", *Sociologie du Travail*, 11 (2), avri-juin 1969, pág. 209.

130 Ver a esse propósito HARNECKER, Marta, *Los conceptos ideológicos del materialismo histórico*, México, Siglo XXI, 1971, págs. 193-194.

dária da classe operária. Não é preciso sublinhar que as análises relativas à prática política do proletariado, quando limitadas ao estudo de sua organização política formal, impede o conhecimento de sua ação política considerada de maneira mais completa (abrangendo inclusive aspectos da luta sindical). O problema se complicará ainda mais quando se começar a questionar a natureza operária dos partidos ligados a classe operária que surgem nos anos vinte.

Se o estudo do sindicato reduz a ação do movimento operário à sua luta econômica (principalmente depois de 1930), este segundo tipo de abordagem limita a prática política do proletariado industrial ao voto operário. Fique claro que, da mesma maneira que não desprezamos os estudos sobre o sindicato, também não recusamos a validade das pesquisas sobre o voto operário que muito têm contribuído ao conhecimento do movimento operário. O que reafirmamos para pretensão de caracterizar globalmente o comportamento do proletariado partindo de abordagens limitadoras (o sindicato, o voto, as opiniões, as atitudes): as conclusões desse gênero de estudo deveriam, em nossa opinião, ser consideradas como visões parciais dos diferentes níveis da presença operária na sociedade.

Antes que os trabalhadores imigrantes europeus tivessem constituído as primeiras associações (que se chamariam habitualmente União de Resistência, Associação de Resistência, Liga de Resistência, Sindicato de Resistência), não existiam categorias de associações de ajuda mútua, organizadas por algumas categorias de trabalhadores urbanos, que não gozavam de nenhuma proteção, no quadro da sociedade patriarcal — escrita vagista. As duas primeiras fases de organização da luta do proletariado urbano serão assim situadas na periodização proposta por J. A. Rodriguesar: 1) período mutualista (antes de 1888); período de resistência (1888-1919); período de adaptação (1919-1934); período de controle (1934-1945); período de competição (1945-1964). Essas associações do período de resistência reuniam intelectuais, membros das profissões liberais, das classes médias e tentavam atrair para elas elementos do proletariado em formação. Mais tarde as associações anarquistas tentaram organizar o proletariado situando

131 RODRIGUES, J.A., *op. cit.*, pág. 6.

suas reivindicações na perspectiva de uma revolução social<sup>132</sup>. A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa terão uma grande repercussão no movimento operário (a greve geral de 1917). Entretanto, apesar do papel dinâmico desempenhado pelos imigrantes estrangeiros na organização do movimento operário, o proletariado industrial nascente se encontrava numa situação "marginal" dentro da sociedade: "Com efeito, o sistema institucional de poder e os mecanismos de controle social sancionavam a dominação do tipo patriarcal e estânico exercido pelos grandes proprietários de terra e exportadores".<sup>133</sup> Em consequência, as repercussões da atividade desses grupos precursores de militantes operários se exerciam fora dos contingentes operários e dos grupos de intelectuais que os apoiavam. Por outro lado, a atividade militante se distribuía de maneira muito desigual pelas diferentes categorias do proletariado: a organização do movimento operário se restringia a alguns setores como os ferroviários, os tipógrafos e os trabalhadores em transportes urbanos. Contribuiu para a fraqueza do movimento operário a irregularidade do crescimento industrial brasileiro, dependente dos ciclos de fornecimento de bens de equipamento e matérias primas dos centros internacionais.

Todas essas condições não impediram a massa de trabalhadores de tentar reagir como proletariado e as inúmeras greves do período demonstram esses esforços, os efeitos dessa agitação intelectual, ideológica que tentava ultrapassar a etapa dos "programas" revolucionários, propondo ações concretas. O que enfraquecia essas ações, além da formulação anarquista incapaz de dar conta da sociedade global, como veremos mais adiante, era o quadro dentro do qual elas eram desenvolvidas, fruto das condições de formação do proletariado e que limitava suas possibilidades de atingir a consciência de seus interesses objetivos. A vanguarda operária do período de resistência e dos começos do período de adaptação não levava em conta nas suas reivindicações as condições da etapa de

132. O Instituto Internacional de História Social de Amsterdã, Holanda, possui uma coleção de jornais anarquistas do começo do século até os anos 1920, compreendendo quase 200 títulos diferentes, que reperiortamos.

133. CARDOSO, F.H., *op. cit.*, pág. 55.

desenvolvimento das relações de produção em que estava situada: não havia análises tentando caracterizar aquela fase efetiva de implantação do capitalismo industrial brasileiro. Suas reivindicações eram, na maioria, relativas a melhoria das condições de trabalho, cujos problemas eram percebidos com sensibilidade pelos líderes operários; ou então exprimiam a espera da revolução social que deveria vir, tentando desenvolver uma estratégia onde a greve ocupava o papel principal. Entre os dois grupos de reivindicações não havia a indicação de uma análise concreta da conjuntura da formação social brasileira: a crítica habitualmente é formulada em termos morais, sem preocupação em propor táticas precisas e as alianças que poderiam tornar mais viáveis os objetivos propostos. Creemos que a elaboração dessa análise e o desenvolvimento de uma estratégia adequada ao momento histórico eram inaceessível pela conjunção de causas que poderiam ser situadas ao nível das condições estruturais da industrialização e das formulações anarquistas em poder fornecer os instrumentos capazes de dar conta da conjuntura. As condições estruturais — ao nível econômico, por exemplo — podem constituir dificuldades para a concretização dos interesses objetivos do proletariado, mas não podem ser entendidos como obstáculo intransponível para a tomada de consciência: essa possibilidade, a nosso ver, deve ser pensada a partir da crítica estrutural através do qual a incapacidade do movimento operário seria a conclusão necessária. Uma maneira de escapar a essa visão mecanicista que não tem contribuído para a melhor compreensão do movimento operário, é analisar a formação de sua ação, não simplesmente através de uma fraqueza intrínseca ao nível econômico (as opções dos militantes estariam determinadas tão somente pelas características do processo de industrialização), ampliando a análise para outros níveis como o jurídico-político, o ideológico e para uma visão mais aprofundada da estrutura de classes. É nesse sentido que passamos a fornecer algumas indicações que poderiam vir a ser aprofundadas.

Ao nível econômico, como já havíamos visto na parte relativa à formação do proletariado, a industrialização não conseguiu mobilizar uma mão-de-obra industrial significativa

em relação à população ativa global do país e o papel do setor industrial onde a mecanização fazia seus primeiros passos permaneceu secundário. O setor industrial se desenvolveu sob a hegemonia das atividades agrícolas e de criação. Ao nível ideológico, as concepções anarco-sindicalistas das quais eram portadores os militantes operários, principalmente aqueles originários da Itália, originários de regiões industriais mais avançadas, não se opor às concepções escravagistas e patriarcais, disfarçadas sob um liberalismo institucional. Durante a Primeira República no Brasil as relações de trabalho eram regidas pelo princípio de "liberdade de trabalho" em nome do qual as condições de trabalho não podiam ser regulamentadas, a fim de evitar o surgimento de obstáculos ao desenvolvimento da implantação comercial e industrial. A afirmação desse princípio liberal — e de sua proteção pelo aparelho de representação do Estado — era paralelo ao capitalismo industrial nascente. Apesar do interesse que tinham os empresários em fazer apelo à mão-de-obra estrangeira, a repressão das atividades do movimento operário era acompanhada de uma certa xenofobia. Esse tipo de preconceito era o prolongamento do preconceito em relação ao trabalho manual que a sociedade colonial e o Império segregaram: na Primeira República não serão mais os negros, esses "semoventes" do Código Civil, que trabalharão, mas os imigrantes, cuja especificidade cultural fornecerá às classes dominantes uma referência justificadora lusófia para seu preconceito. Esse aspecto se complicará mais ainda quando os militantes operários estrangeiros tentarem justificar sua luta por doutrinas que recusavam o quadro autoritário-repressivo dessa sociedade e ousavam propor reivindicações para melhorar sua condição. Como escreve J. A. Rodrigues "o imigrante foi o grande elemento dinamizador da sociedade do Brasil republicano"<sup>134</sup>. Pela primeira vez se levantavam críticas a respeito de instituições que o trabalhador (e as outras camadas da sociedade) considerava como entidades ao mesmo tempo naturais e sagradas: a propriedade privada, o Estado, o Parlamento, o Exército, a Igreja, a Família, a Educação. L. M. Rodrigues<sup>135</sup> crê que essas

134 RODRIGUES, J. A. *op. cit.*, pág. 32.

135 RODRIGUES, Leôncio Martins, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1966, p. 137.

críticas eram a transposição mecânica de temas específicos ao movimento operário europeu e que elas não contribuíam para atrair os novos contingentes de operários que estavam sendo incorporados à vida urbana industrial. Ainda que reconheçamos a validade de alguns aspectos da crítica de L. M. Rodrigues (a "violência verbal das lideranças operárias"), acreditamos que é útil sublinhar a contribuição dos militantes operários na luta contra o reacionarismo fundamental das classes dominantes da Primeira República, incapazes de tomar consciência dos desafios sócio-econômicos de seu tempo. Admitimos as consequências danosas da aplicação mecanicista de algumas palavras de ordem européias à conjuntura brasileira. Mas pensamos que essa ressalva deve ser aprofundada pelo exame dessas críticas no contexto da formulação anarquista. Menos do que mostrar a importância das palavras de ordem o que resta a ser feito é a compreensão delas no conjunto das "idéias-força" anarquistas. A pouca eficácia dessas palavras de ordem não é o resultado de sua inadequação a uma formação social diferente da européia: é o produto das dificuldades do anarquismo em fornecer instrumentos de análise da sociedade capazes de conduzir ao desenvolvimento de uma prática expressa em táticas capazes de atingir a massa operária. Entretanto, nos perguntamos se, dentro das limitações da visão anarquista, a atividade desses militantes poderia ter sido desenvolvida de maneira diferente. A ação dos imigrantes no meio operário brasileiro aumentava o caráter excepcional de sua presença. Se se levar em conta todas as dificuldades de assimilação encontradas por esse povo, songem duplamente contestatório (socialmente, porque trabalhador e culturalmente, porque estrangeiro), compreende-se que lhe era muito difícil desenvolver uma visão concreta da nova sociedade onde ele penetrava. O imigrante era obrigado, para se reconhecer, a reproduzir sua experiência de militante com o movimento operário de origem.

Ao nível da estrutura de classes, até que ponto se poderia falar, a rigor, em proletariado no Brasil nos anos vinte? Segundo autores como Teotônio dos Santos<sup>136</sup> não havia propriamente um proletariado "mas um artesanato que se

136 SANTOS, Teotônio dos, "O movimento operário no Brasil". *Revista Brasileira*, 39, jan-fev., 1967, pág. 707.

proletarizava" conservando as características ideológicas de sua camada de origem. O proletariado industrial representava, na estrutura de emprego no Brasil em 1925, 12% da mão-de-obra global. É preciso lembrar que os efetivos da mão-de-obra agrícola, em 1925, atingiram 68% do conjunto global<sup>137</sup>. À fraca implantação do proletariado nos setores urbanos, torna-se ainda mais difícil pelos preconceitos e pela repressão, se somavam as más condições de trabalho e de subsistência.

Restaria ainda lembrar o isolamento do proletariado industrial em face da pequena burguesia e das "classes médias". Esse isolamento sócio-cultural afastava o proletariado de seus aliados eventuais na luta contra as frações tradicionais das classes dominantes. Uma ilustração dessa dificuldade de aproximação entre o proletariado e as "classes médias" foi a distância mantida entre os movimentos tenentistas e o movimento operário, apesar das tentativas feitas para ligar a ação dos dois. Além da falta de atrativo para o proletariado "dos objetivos propostos pelos tenentes, democratizantes, visando a moralização da vida pública e mudanças na ordem administrativa ou jurídica"<sup>138</sup>, aquele estava isolado desse sistema que os tenentes pretendiam corrigir. O movimento operário, negava esse sistema, identificado, como o responsável por sua exploração e que ele queria destruir. Havia, portanto, uma impossibilidade, para os dois setores, de levar adiante uma luta comum. Por outro lado, o movimento operário percebia de algum modo a vinculação dos tenentes ao aparelho do Estado, situação que os conduzia a querer modificar o sistema do interior, evitando provocar a intervenção das massas populares. Assim, além da oposição das concepções respectivas em relação ao sistema político, podia-se constatar nos tenentes a intenção deliberada de evitar a intervenção das camadas populares no processo. Essa atitude dos tenentes refletia o temor da pequena burguesia e das "classes médias" nascentes de ver desencadeada a ação do proletariado, liberado da repressão policial. Os setores médios dependiam sócio-economicamente

da classe dominante tradicional (dependência claramente presente em sua adesão aos princípios fundamentais da sociedade patriarcal rural, cujos valores continuavam a presidir à organização social): o que impedia a formulação de uma ação política autônoma dos setores médios em relação aos interesses dos setores agrário-comerciais. Parece, portanto, não ter havido nessa fase as condições concretas que poderiam ter conferido à pequena burguesia a qualidade de aliado objetivo do proletariado na transformação das bases rurais do poder.

Ao nível jurídico-político, dada a inexistência de meios institucionais e de soluções legislativas para a consideração dos problemas operários, a política do Estado em face da classe operária era quase limitada a repressão policial o que muita vez levou a revolta do proletariado industrial a ser um protesto contra essa repressão e exploração, e menos o resultado de fáticas precisas de uma análise concreta. A violência verbal das plataformas operárias, pelo menos no período de resistência, não se situava no quadro de uma ação política global: "ela não visava nem mesmo a se constituir como um momento necessário uma vez compreendida racionalmente a situação de dominação conforme aos interesses gerais da sociedade a partir da ação, dos ideais e dos interesses da classe operária"<sup>139</sup>. A essas características do comprometimento do proletariado industrial se somavam outras, em consequência da entrada de novos contingentes operários descendentes de outros operários. Esses aspectos se tornaram dominantes depois da Segunda Guerra Mundial, mas eles estarão já presentes a partir dos anos 1930. Contrariamente aos operários anteriormente recrutados, esses novos operários não tinham vínculos precedentes — nem mesmo vínculos potenciais — com alguma versão da política urbana e nacional, ou mesmo uma crença que pudesse constituir a base de uma tal política. (...) Ao contrário dos imigrantes da Europa Oriental e meridional dos começos do século XX, falta-lhes uma tradição de movimentos socialistas, anarquistas e operários que poderia mantê-los unidos numa terra estrangeira.<sup>140</sup> Entre

137 CARDOSO, Fernando Henrique, *Sociologie du développement en Amérique Latine, Paris, Anthropos, 1969, pág. 113.*

138 CARDOSO, F. H., "Le prolétariat brésilien", *Sociologie du Travail*, IV, 1961, pág. 59.

139 CARDOSO, F. H., "Le prolétariat brésilien", *Sociologie du Travail*, IV, 1961, pág. 59.

140 CARDOSO, F. H., *ibidem*, pág. 59.

esses novos contingentes operários e os antigos se processava uma diferenciação que aumentava a inadequação das formulações anteriores do movimento operário. Essa fase de transição coincidirá com a elaboração de uma legislação social, e a instauração do controle do movimento operário pelo Estado, não-mais simplesmente através dos mecanismos de repressão policial usuais, mas pelos ensaios de criação de estruturas corporativas onde deveria haver uma colaboração entre as classes. Caberia também, refletir até que ponto a presença do anarquismo funcionou graças a ausência de propostas reformistas, que procurassem integrar a massa operária: fraquecimento do anarquismo e os ensaios dessas novas estruturas sindicais? Poder-se-ia também, refletir sobre o progressivo reformismo que a prática política do Partido Comunista assumirá ao longo de seu desenvolvimento, como obsáculo à formulação de política operária.

No período dito de ajustamento (1919-1934), ocorrem algumas modificações nas linhas gerais da prática política operária. A vitória da revolução soviética de 1917 na Rússia leva os militantes das associações operárias a enfrentar a questão de uma ação política organizada. Ao nível das instituições jurídico-políticas se nota também, algumas mudanças no tratamento dado pelas classes dominantes às questões operárias: depois da assinatura do Tratado de Versalhes, em 15 de maio de 1919, toma forma a tentativa de uma política sindical do governo. O governo propõe algumas medidas, como por exemplo, a eliminação da autonomia dos Estados na regulamentação da organização do trabalho. Até 1930, surgiram algumas proposições legais que podem indicar uma certa evolução no tratamento... da questão social, lei de acidentes do trabalho (1919), de estabilidade no emprego e de pensão e aposentadoria aos ferroviários (1923) aos portuários (1926) regime de férias restrito aos comerciantes (1925), regulamentação do trabalho de menores (1927)<sup>141</sup>. Um outro dado foi a constituição do Partido Comunista, em 1922, que entrará em choque com a tendência anarquista da qual ele se tinha originado. Os comunistas irão tentar desenvolver, com outras forças, uma

141 Ver a esse respeito BARROS, Alberto da Rocha. *Origens e evolução da legislação trabalhista*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969, págs. 42-50.

ação política parlamentar, e entrar em contacto com correntes políticas exteriores ao movimento operário. Se se levar em conta o peso do proletariado, sua fraqueza numérica e número elevado de estrangeiros, de mulheres, de menores e de analfabetos (que não tinham direito ao voto), poder-se-á ter uma idéia do peso reduzido que poderia ter a prática eleitoral, nos limites do proletariado. Não se poderia de qualquer modo superestimar o impacto dessa eventual participação nas práticas eleitorais, um disfarce muito rústico destinado a satisfazer à forma conveniente para a manutenção de uma estrutura de dominação eficaz, dentro de um quadro oligárquico, liberal e democrático: "até 1930, o número de votos (dos operários), nas eleições presidenciais corresponde a cerca de 3% da população eleitoral total do país."<sup>142</sup> É nessa situação de isolamento, consequência do período anterior de resistência, de sua composição, da formulação anarquista incapaz de fornecer uma estratégia para que ele agisse politicamente como força social, que o proletariado se encontrará no final dos anos 1920.

142 HOESBAWM, E. J., *op cit.*, pág. 97.